



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679895 - SP (2021/0218265-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : GUSTAVO VINICIUS ALMEIDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : GUSTAVO VINÍCIUS ALMEIDA DE OLIVEIRA - SP389620
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUKAS DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUKAS DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (APELAÇÃO CRIMINAL n. 0000932-61.2017.8.26.0464).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado, incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta o impetrante, em síntese, que sendo o ora paciente primário, ter 18 anos na data dos fatos, e a quantidade de drogas apreendidas pequena, estar-se diante da hipótese de tráfico privilegiado, previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06. Defende que seria inidôneo o argumento esposado no acórdão impugnado que deixou de aplicar a minorante, sob o argumento de que o ora paciente não teria comprovado o exercício de atividade lícita. Argumenta que a pena-base foi fixada em 8 anos, e que assim o regime semiaberto seria adequado para o início de cumprimento da pena. Aduz que a aplicação do regime mais gravoso afronta a Súmula n. 440 desta Corte, pois baseada no perigo abstrato do delito.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão impugnado até o julgamento final deste *writ*, e no mérito, conceder a ordem para aplicar a minorante do tráfico privilegiado, alterando o regime prisional e substituindo a prisão por pena restritiva de direito. Subsidiariamente, pugna pela modificação do regime de cumprimento da pena, por violação à Súmula 440 do STJ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente